

SIMULADOS

FINAIS DE 2018

***DIREITO CONSTITUCIONAL
E DIREITO ADMINISTRATIVO***



Estratégia
CONCURSOS



Simulado Final 2018

Direito Constitucional e Direito Administrativo


Nome: _____

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Este Simulado contém **40 questões**, sendo 20 de Direito Constitucional e 20 de Direito Administrativo;
- 2 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos professores Ricardo Vale e Herbert Almeida;
- 3 – Você terá das **14h às 17h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 4 – O formulário para preenchimento do gabarito ficará disponível a partir das 16h30 em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – **O formulário ficará disponível para preenchimento até às 17h**, quando termina a aplicação do Simulado;
- 6 – O ranking com a nota e o resultado final deste concurso será divulgado no mesmo artigo às 19h;
- 7 – Os três primeiros colocados no ranking de classificação ganharão uma bolsa de 100% na novidade que o Estratégia Concursos preparou para 2019 e divulgará no dia 02/01;
- 9 – **A partir das 19h, os professores iniciarão a Correção da Prova, AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assistir AO VIVO e corrigir os erros.
- 10 – Feliz Natal e Feliz Ano Novo.

GABARITO

- | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 01 - (A) (B) (C) (D) (E) | 11 - (A) (B) (C) (D) (E) | 21 - (A) (B) (C) (D) (E) | 31 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 02 - (A) (B) (C) (D) (E) | 12 - (A) (B) (C) (D) (E) | 22 - (A) (B) (C) (D) (E) | 32 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 03 - (A) (B) (C) (D) (E) | 13 - (A) (B) (C) (D) (E) | 23 - (A) (B) (C) (D) (E) | 33 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 04 - (A) (B) (C) (D) (E) | 14 - (A) (B) (C) (D) (E) | 24 - (A) (B) (C) (D) (E) | 34 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 05 - (A) (B) (C) (D) (E) | 15 - (A) (B) (C) (D) (E) | 25 - (A) (B) (C) (D) (E) | 35 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 06 - (A) (B) (C) (D) (E) | 16 - (A) (B) (C) (D) (E) | 26 - (A) (B) (C) (D) (E) | 36 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 07 - (A) (B) (C) (D) (E) | 17 - (A) (B) (C) (D) (E) | 27 - (A) (B) (C) (D) (E) | 37 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 08 - (A) (B) (C) (D) (E) | 18 - (A) (B) (C) (D) (E) | 28 - (A) (B) (C) (D) (E) | 38 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 09 - (A) (B) (C) (D) (E) | 19 - (A) (B) (C) (D) (E) | 29 - (A) (B) (C) (D) (E) | 39 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 - (A) (B) (C) (D) (E) | 20 - (A) (B) (C) (D) (E) | 30 - (A) (B) (C) (D) (E) | 40 - (A) (B) (C) (D) (E) |



**NO DIA 02/01, ÀS 10:00,
REVELAREMOS A MAIOR NOVIDADE
DO MUNDO DOS CONCURSOS**

ATÉ LÁ, ESTAMOS COM O CARRINHO DE COMPRAS
FECHADO PARA VENDAS. NÃO COMPRE NADA
(OU VOCÊ VAI SE ARREPENDER)

INSCREVA-SE GRATUITAMENTE

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. A Associação Coruja Feliz tem como seu objetivo a proteção dos animais e da biodiversidade, congregando uma série de outras entidades não-governamentais. No seu estatuto, há uma cláusula que autoriza que a referida associação represente seus filiados, judicial e extrajudicialmente. Em virtude dessa cláusula, a Associação Coruja Feliz ingressa com ação judicial representando os seus filiados sem que tenha antes obtido uma autorização expressa em Assembleia Geral.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) A cláusula estatutária é suficiente para permitir que a Associação Coruja Feliz represente seus filiados, judicial e extrajudicialmente.
- b) Embora a cláusula estatutária seja suficiente para viabilizar a representação processual pela Associação Coruja Feliz, a execução do título judicial decorrente da ação não será possível.
- c) A execução do título judicial decorrente de ação ajuizada pela Associação Coruja Feliz será possível, mesmo pelos associados que não manifestaram sua autorização expressa.
- d) Para que a Associação Coruja Feliz represente seus filiados em juízo será necessária a autorização expressa destes, sendo insuficiente para isso uma cláusula estatutária genérica.
- e) A Associação Coruja Feliz poderá impetrar mandado de segurança coletivo caso esteja legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, desde que obtenha autorização expressa dos filiados.

02. Carlos Almeida, servidor público, é investigado pela Polícia Federal em inquérito policial, sendo suspeito pelos crimes de lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. Após solicitação da Polícia Federal, o Poder Judiciário determina que seja realizada a interceptação telefônica de aparelhos relacionados a Carlos Almeida. Por meio dessa interceptação telefônica, descobre-se que Carlos Almeida, enquanto servidor público, havia praticado também o crime de corrupção passiva ao solicitar vantagem indevida em razão de seu cargo.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) É inválida a prova do crime de corrupção passiva, uma vez que a interceptação telefônica foi autorizada para apurar crimes diversos.
- b) A prova obtida no âmbito da interceptação telefônica não poderá ser utilizada em processo administrativo disciplinar contra Carlos Almeida. Isso porque a interceptação telefônica somente pode ser determinada para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- c) A prova do crime de corrupção passiva, obtida por meio de interceptação telefônica, é válida, podendo ser

utilizada também em processo administrativo disciplinar instaurado contra Carlos Almeida.

- d) Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada para apurar ilícitos na Administração Pública Federal poderá determinar a interceptação telefônica.
- e) Os crimes de lavagem de dinheiro e de tráfico de drogas não autorizam a que o Poder Judiciário determine a interceptação telefônica.

03. O Município Estrela do Oeste tem sua economia baseada na plantação de soja e trigo. Todavia, em virtude de graves condições climáticas, a última safra foi muito aquém do que se esperava, gerando uma forte crise econômica na localidade. A população de Estrela do Oeste, revoltada com suas precárias condições de vida, organiza uma manifestação pública, a ser realizada em frente à Prefeitura. Lei municipal estabelece que a realização de manifestação pública depende de autorização do Secretário de Segurança Pública e do Secretário de Transportes.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) A lei municipal é inconstitucional, podendo a manifestação ser realizada independentemente de autorização de quaisquer autoridades públicas. Entretanto, faz-se necessário o prévio aviso às autoridades municipais.
- b) Caso as autoridades municipais não autorizem a realização da manifestação, poderá ser impetrado *habeas corpus* como forma de garantir o direito de reunião.
- c) A lei municipal é constitucional, uma vez que as autoridades municipais precisarão organizar a segurança e o trânsito no dia da manifestação.
- d) A lei municipal é inconstitucional, já que a autoridade competente para autorizar ou negar o exercício do direito de reunião é o Prefeito.
- e) Mesmo que já exista outra manifestação previamente agendada para o mesmo local e horário, é possível que a população de Estrela do Oeste exerça seu direito de reunião para exigir melhoria nas suas condições de vida.

04. A empresa transportadora Caminhos Seguros S.A foi multada pela Receita Federal em virtude de, em tese, ter praticado infração à legislação tributária. Inconformada com a autuação, a empresa decide interpor recurso administrativo. Entretanto, lei federal exige, para a interposição de recurso, o depósito prévio de montante equivalente ao valor em discussão. Não possuindo esses recursos, a empresa Caminhos Seguros S.A impetra mandado de segurança para garantir o exercício do seu direito de petição, independentemente de qualquer depósito prévio de dinheiro.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) A lei federal é constitucional, uma vez que a garantia do direito de petição deverá ser condicionada a uma garantia mínima de que a empresa Caminhos Seguros S.A. poderá honrar com suas dívidas.
- b) A lei federal é inconstitucional, não podendo ser exigido o depósito prévio de dinheiro ou bens para a admissibilidade de recurso administrativo, sendo o mandado de segurança ação cabível para garantir o exercício do direito de petição.
- c) A lei federal é inconstitucional, não podendo ser exigido o depósito prévio de dinheiro ou bens para a admissibilidade de recurso administrativo, podendo ser ajuizada reclamação constitucional pela empresa Caminhos Seguros S.A. perante o STF.
- d) O ajuizamento de recurso administrativo poderá ser condicionado ao depósito prévio de dinheiro ou bens. Entretanto, é inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- e) A empresa Caminhos Seguros S.A. poderá discutir judicialmente a exigibilidade do crédito tributário, desde que previamente esgotadas as instâncias administrativas.

05. A empresa XYZ Construções S.A. ingressou com pedido de informações na Receita Federal, por meio do qual buscava ter acesso a dados concernentes ao pagamento de seus tributos, constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação. A Receita Federal negou-se a fornecer as informações pleiteadas pelo contribuinte.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Diante da negativa da Receita Federal, o contribuinte poderá impetrar *habeas data*, que é remédio constitucional apto à obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos administração fazendária dos entes estatais.
- b) Diante da negativa da Receita Federal, o contribuinte deverá impetrar mandado de segurança a fim de proteger o seu direito de acesso à informação.
- c) O contribuinte poderá impetrar *habeas data* independente de negativa da Receita Federal.
- d) O contribuinte poderá impetrar *habeas data* para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação, independentemente de advogado.
- e) O mandado de segurança é instrumento apto a proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, possuindo, portanto, caráter residual. É o instrumento cabível na situação apresentada, uma vez que pessoa jurídica não tem legitimidade para impetrar *habeas data*.

06. O Estado de Minas Gerais realizou a contratação de vultosa obra pública sem qualquer formalização de procedimento licitatório. Foi contratada empresa

privada que tem na sua composição societária parentes do Governador do Estado.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Qualquer cidadão poderá propor ação popular para questionar a contratação da obra pública sem a realização de procedimento licitatório, independentemente de participação de advogado.
- b) A ação popular é instrumento cabível para anular ato lesivo ao patrimônio público, sendo incabível na situação apresentada, uma vez que não há qualquer comprovação de dano ao Erário.
- c) O Ministério Público poderá propor ação civil pública, uma vez que a contratação de obra pública sem a formalização de procedimento licitatório e em benefício de parentes da Governador viola os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade.
- d) A ação popular contra ato do Governador de Estado será proposta perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- e) O autor popular não terá que arcar com as custas judiciais e com o ônus da sucumbência, ainda que tenha agido com comprovada má fé.

07. Celso é filho de Jorge (brasileiro) e Emilie (francesa), tendo nascido na França, à época em que seu pai residia em Paris por trabalhar em uma empresa multinacional. À época do seu nascimento, Celso não foi registrado em repartição brasileira competente. Anos depois do nascimento de Celso, Jorge e Emilie se mudaram para o Brasil, fixando residência em São Paulo.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Celso poderá, após atingida a maioria, optar pela nacionalidade brasileira, mediante requerimento ao Ministério da Justiça.
- b) Celso poderá, após atingida a maioria, optar pela nacionalidade brasileira, mediante ação judicial proposta perante a Justiça Federal. A opção pela nacionalidade tem efeitos *ex nunc*.
- c) Celso poderá, após atingida a maioria, optar pela nacionalidade brasileira mediante ação judicial proposta perante a Justiça Federal. A opção pela nacionalidade tem efeitos *ex tunc*, retroagindo à data do nascimento.
- d) Celso será brasileiro nato desde o momento de seu nascimento, independente de qualquer condição posterior.
- e) Enquanto não optar pela nacionalidade brasileira, Celso será um apátrida.

08. Antônio é empregado há mais de 10 anos da empresa ABC Industrial LTDA, que atua no ramo de produtos eletrônicos. Pela experiência e reconhecimento que possui junto aos outros empregados, Antônio se candidata e é eleito ao cargo de dirigente sindical. Por ter cometido falta grave, Antônio é demitido pela empresa ABC Industrial S.A.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Antônio poderia ser demitido pela empresa ABC Industrial S.A a qualquer tempo, independentemente de qualquer falta grave, entre o registro da candidatura e a posse.
- b) Antônio poderia ser demitido pela empresa ABC Industrial S.A, uma vez que a estabilidade sindical flexibilizada diante de falta grave.
- c) Antônio não poderia ser demitido pela empresa ABC Industrial S.A, uma vez que possui a garantia da estabilidade sindical, válida desde a posse.
- d) A estabilidade sindical se inicia com a posse de Antônio no cargo de direção sindical, encerrando-se um ano após o final do mandato.
- e) A estabilidade sindical se inicia com o registro da candidatura de Antônio, encerrando-se seis meses após o final do mandato.

09. José Augusto é Deputado Federal, eleito por Minas Gerais no pleito de 2018. Ele é casado com Josefina, da qual se divorcia no curso do mandato. Nas eleições de 2022, José Augusto pretende se candidatar à reeleição para Deputado Federal. Josefina, por sua vez, almeja o cargo de Prefeita do Município de Pirapora (MG).

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Josefina não poderá se candidatar ao cargo de Prefeita do Município de Pirapora, uma vez que a dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal no curso do mandato não afasta a inelegibilidade reflexa.
- b) José Augusto poderá se candidatar a apenas uma reeleição para o cargo de Deputado Federal.
- c) Josefina poderá se candidatar ao cargo de Prefeita do Município de Pirapora, desde que José Augusto renuncie ao mandato até 6 meses antes do pleito eleitoral.
- d) Para que possa se candidatar à reeleição para Deputado Federal, José Augusto precisará renunciar ao cargo até 6 meses antes do pleito eleitoral.
- e) Josefina poderá se candidatar ao cargo de Prefeita do Município de Pirapora, independentemente de qualquer renúncia de José Augusto, não sendo afetada pela inelegibilidade reflexa.

10. Hermes Albuquerque é eleito Deputado Federal pelo partido político Aliança do Norte, que não cumpre a cláusula de barreira. Em virtude de suas fortes ambições políticas, Hermes, após eleito, decide se filiar ao partido político Aliança do Sul, o qual cumpre a cláusula de barreira e que, em virtude disso, faz jus a recursos do fundo partido partidário e ao direito de antena.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) A desfiliação partidária de Hermes implicará na perda do mandato eletivo.
- b) O partido político Aliança do Norte, ao não cumprir a cláusula de barreira, deverá ser extinto.

c) Ao se filiar ao partido político Aliança do Sul, Hermes Albuquerque não perderá o mandato eletivo, por expressa disposição da Emenda Constitucional nº 97/2017.

d) A filiação partidária de Hermes ao partido político Aliança do Sul será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

e) O partido político Aliança do Norte, mesmo sem cumprir a cláusula de barreira, continuará recebendo recursos do fundo partidária, embora deixe de fazer jus ao direito de antena.

11. Analise as situações abaixo:

I) Lei estadual estabelece que as empresas de telefonia móvel são obrigadas a instalarem equipamentos de bloqueio do serviço de celular em presídio.

II) Lei estadual define crimes de responsabilidade do Governador, bem como suas respectivas normas de processo e julgamento.

III) Lei estadual concede anistia para infrações administrativas praticadas por servidores públicos estaduais.

IV) Lei estadual fixa o número máximo de alunos por sala de aula.

São compatíveis com o sistema constitucional de repartição de competências:

- a) I e III
- b) I, II e III
- c) II e IV
- d) III
- e) III e IV

12. Lei complementar federal criou região metropolitana formada por vários municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. A referida lei complementar dispôs que a gestão da região metropolitana caberia a uma autarquia estadual.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

a) A criação da região metropolitana, do ponto de vista formal, foi compatível com a Constituição. A gestão da região metropolitana não poderia, entretanto, ter sido atribuída a uma autarquia estadual.

b) Do ponto de vista formal, a criação da região metropolitana ofende a Constituição Federal. Além disso, a gestão da região metropolitana deveria ter sido atribuída a um órgão colegiado com representação do Estado e dos Municípios que a compõem.

c) A criação da região metropolitana, do ponto de vista formal, foi compatível com a Constituição. Também não há qualquer violação ao texto constitucional no fato de

se atribuir a gestão da região metropolitana a uma autarquia estadual.

- d) O projeto de lei que cria a região metropolitana é da iniciativa privativa do Presidente da República.
- e) Do ponto de vista formal, a criação da região metropolitana ofende a Constituição Federal, uma vez que não foi realizada consulta prévia à população diretamente interessada, mediante plebiscito.

13. A Câmara dos Deputados instalou Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de investigar irregularidades praticada no âmbito do Ministério da Saúde. Para isso, adotou uma série de medidas, dentre as quais:

- I) determinou a realização de busca e apreensão domiciliar na residência de servidores públicos do Ministério da Saúde;
- II) determinou a quebra do sigilo telefônico de servidores públicos investigados;
- III) determinou a interceptação telefônica;
- IV) convocou o Presidente da República para prestar esclarecimentos e;
- V) determinou a prisão em flagrante delito de testemunha que faltou com a verdade em depoimento prestado à CPI.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) não poderia determinar a busca e apreensão domiciliar e a interceptação telefônica. Entretanto, poderia adotar todas as outras medidas.
- b) A busca e apreensão domiciliar somente poderá ser determinada pelo Poder Judiciário, seja durante ou dia ou à noite.
- c) A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) poderá determinar a quebra do sigilo telefônico, por ato unilateral do seu Presidente.
- d) A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) não pode determinar a realização de prisão em flagrante delito.
- e) A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) não pode convocar o Presidente da República para prestar esclarecimentos, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes.

14. Álvaro é Senador pelo estado de Goiás. Em entrevista a programa de televisão, manifesta-se a favor da pena de morte e diz que um dos seus adversários políticos, Romeu, deveria ser condenado a esse tipo de pena em virtude dos crimes contra a Administração Pública que praticou.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Pelo fato de a manifestação de Álvaro ter ocorrido fora do recinto do Congresso Nacional, ele não estará protegido pela imunidade material.

b) Álvaro não poderá ser responsabilizado no campo penal, mas apenas no campo civil, mediante ação pleiteando a reparação de danos morais.

c) Após a diplomação, Álvaro será processado e julgado perante o Supremo Tribunal Federal (STF), qualquer que seja o momento e a natureza da infração por ele praticada.

d) Álvaro, apesar de ter se manifestado fora do recinto do Congresso Nacional, está protegido pela imunidade material, uma vez que a entrevista foi dada ao programa de televisão na qualidade de Senador.

e) A imunidade material é absoluta, logo a manifestação do parlamentar, ainda que fora do recinto do Congresso Nacional, está protegida, impedindo sua responsabilização no campo civil e penal.

15. O Brasil, em suas relações internacionais, propugna pela defesa da paz e pela solução pacífica dos conflitos. A Constituição Federal, entretanto, também possui uma resposta institucional para tempos de guerra. Sobre o tema, assinale a opção correta:

a) O Presidente da República, na condição de comandante supremo das Forças Armadas, tem competência para declarar a guerra e celebrar a paz. A declaração de guerra será cabível na hipótese de agressão armada estrangeira, desde que autorizado pelo Congresso Nacional ou por ele referendado, neste último caso quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.

b) O Presidente da República, na condição de comandante supremo das Forças Armadas, tem competência para declarar a guerra e celebrar a paz. A declaração de guerra somente será possível no caso de agressão armada estrangeira, independentemente de qualquer manifestação do Congresso Nacional.

c) O Congresso Nacional tem competência exclusiva para declarar a guerra e celebrar a paz, após solicitação do Presidente da República.

d) O Presidente da República tem competência para permitir, nos casos previstos em lei ordinária federal, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

e) Mesmo quando a agressão armada estrangeira ocorrer durante o recesso parlamentar, o Congresso Nacional deverá autorizar o Presidente da República a declarar a guerra.

16. Assinale a alternativa correta acerca das competências dos órgãos do Poder Judiciário:

a) O Supremo Tribunal Federal (STF) tem competência para processar e julgar as ações em que todos os membros da magistratura sejam interessados, o que alcança inclusive aquelas ações em que haja interesse comum entre os magistrados e outras categorias de servidores públicos.

b) O Supremo Tribunal Federal (STF) não tem competência para processar e julgar ações contra deliberações negativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

c) A homologação de sentença estrangeira e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias é de competência do Supremo Tribunal Federal (STF).

d) É competência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) processar e julgar, originariamente, as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.

e) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República (PGR) poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

17. Com a assinatura de 200 Deputados Federais, foi apresentada Proposta de Emenda Constitucional (PEC) cujo objetivo é realizar uma ampla reforma política, estabelecendo, dentre outras coisas, o voto facultativo no Brasil. A referida PEC foi discutida e aprovada, em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional, por 3/5 (três) quintos dos seus membros. Em seguida, a emenda constitucional foi promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

a) Houve vício de iniciativa no processo legislativo da proposta de emenda constitucional (PEC).

b) Antes da promulgação, a proposta de emenda constitucional deveria ter sido encaminhada para sanção ou veto do Presidente da República.

c) A proposta de emenda constitucional (PEC), ao instituir o voto facultativo, viola as cláusulas pétreas definidas pelo texto constitucional.

d) Não há qualquer mácula ao processo legislativo das emendas constitucionais na situação apresentada.

e) A Constituição Federal estabelece limitações temporais ao poder de emenda. As emendas constitucionais não poderão ser promulgadas na sessão legislativa extraordinária.

18. Assinale a alternativa correta sobre as "Funções Essenciais à Justiça":

a) O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem competência para rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de servidores do Ministério Público julgados há menos de um ano.

b) O Procurador-Geral da República (PGR) é o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O CNMP deverá escolher, em votação secreta, um Corregedor nacional, que deverá ser escolhido entre os membros do Ministério Público que integram o Conselho, vedada sua recondução.

c) Segundo o STF, é constitucional a criação de procuradorias autárquicas pelos Estados-membros.

d) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, nomeado pelo Presidente da República após aprovação do Senado Federal dentre integrantes da carreira com mais de 35 anos.

e) Os Defensores Públicos, assim como os juízes e membros do Ministério Público, gozam das garantias da vitaliciedade e da inamovibilidade.

19. Suponha que o edital de um concurso público para a área de segurança exija exame psicotécnico como um requisito para acesso ao cargo. A lei de regência da carreira, entretanto, não faz qualquer alusão à necessidade do exame. Também não há, em qualquer outra lei, previsão desse exame como requisito para acesso ao cargo. Marcelo, aprovado na prova objetiva do concurso, é reprovado no exame psicotécnico. Inconformado, ele impetra mandado de segurança, cuja ordem é denegada pelo juiz. Inconformado, Marcelo procura um advogado mais experiente, que o orienta a ajuizar reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Na situação apresentada, a orientação do advogado foi:

a) correta, pois a decisão judicial contrariou súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal.

b) correta, pois a decisão judicial, apesar de obedecer a jurisprudência do STF, não observou as peculiaridades do caso, em especial o fato de Marcelo ter sido reprovado no exame psicotécnico.

c) errada, pois o indeferimento do mandado de segurança pelo juiz seguiu posição majoritária do STF.

d) errada, uma vez que a reclamação constitucional não pode ser usada como recurso de decisão denegatória em sede de mandado de segurança.

e) errada, uma vez que a única possibilidade seria o recurso ordinário ao tribunal de segunda instância.

20. Lei municipal estabelece que é vedada a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área. Para questionar a validade dessa lei, é possível que:

a) o Prefeito Municipal proponha Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) perante o STF.

b) seja proposta Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o STF.

c) seja proposta reclamação constitucional perante o STF.

d) seja proposta Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) perante o STF.

e) o Procurador-Geral da República proponha Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) perante o STF.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. O órgão administrativo X pretende realizar licitação pública para contratação de profissional para elaboração de projeto arquitetônico inovador para a sua nova sede. O órgão deseja que o projeto leve em consideração a obtenção de economia de custo de energia elétrica, por meio da utilização mais adequada da luz solar. Além disso, o projeto deverá observar todas as regras de acessibilidade constantes na legislação. Por fim, as autoridades públicas desejam que o empreendimento seja um marco arquitetônico do município, já que a região recebe milhares de turistas todos os anos.

Para contratar a realização do projeto arquitetônico, a contratação poderá ser realizada mediante:

- a) dispensa de licitação, uma vez que a observância das regras de acessibilidade afasta a necessidade do certame público, consoante previsto na legislação.
- b) mediante inexigibilidade, pois se trata de serviço técnico profissional, razão suficiente para configurar inviabilidade de competição.
- c) licitação pública, na modalidade pregão, no tipo melhor técnica, uma vez que é possível descrever objetivamente, mediante padrões usuais de mercado, as características do projeto a ser contratado.
- d) licitação pública, na modalidade concurso, no tipo técnica e preço, já que a legislação determina que, quando não for o caso de inexigibilidade, a contratação de serviço técnico será realizada por meio desta modalidade.
- e) licitação pública, na modalidade concorrência, sendo viável a adoção dos tipos de melhor técnica e de técnica e preço, em virtude da natureza predominantemente intelectual do objeto.

22. Os contratos administrativos caracterizam-se pela presença das denominadas cláusulas exorbitantes, que são prerrogativas de direito público decorrentes da supremacia do interesse público. Constitui cláusula exorbitante nos contratos administrativos:

- a) a possibilidade de alterar os contratos administrativos, mediante acordo entre o poder público e o contratado, buscando assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
- b) rescisão judicial do contrato, em virtude da não liberação, por parte da Administração, do local para a execução do objeto contratado.
- c) alteração unilateral do valor contratual, em virtude de acréscimos ou supressões, até o limite, em regra, de vinte e cinco por cento do valor inicial atualizado do contrato.
- d) inaplicabilidade da oposição à exceção do contrato não cumprido, impedindo qualquer interrupção da execução do contrato, independentemente do prazo dos atrasos de pagamentos devidos pela Administração.

e) aplicação de sanções contratuais, que dispensam o contraditório e ampla defesa no caso de urgência.

23. Dilapidando o Erário é o Prefeito do município de Verba Pelo Ralo, estando em seu primeiro mandato. Com a proximidade da campanha eleitoral, Dilapidando o Erário, preocupado com a imagem do seu governo, resolveu investir em parcerias com entidades privadas para a prestação de serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. No entanto, o Prefeito determinou a transferência imediata dos recursos, sem a celebração de contrato, convênio ou instrumento congêneres. Um ano depois, com o sucesso do programa de saúde, Dilapidando o Erário conseguiu a reeleição.

Considerando as normas da Lei nº 8.429/1992, julgue as alternativas seguintes a respeito da situação hipotética acima:

- a) o ato de improbidade atenta contra os princípios da Administração Pública, conduta que poderá ensejar a aplicação, entre outras, das sanções de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos por três a cinco anos.
- b) a ação de ressarcimento do dano ao erário, no presente caso, será imprescritível, independentemente de dolo ou culpa, uma vez que os atos que causam lesão ao erário admitem as formas dolosa ou culposa.
- c) Dilapidando o Erário não cometeu qualquer ato de improbidade administrativa, uma vez que é agente político, submetendo-se tão somente às regras sobre crime de responsabilidade.
- d) as ações destinadas a aplicar as sanções por improbidade administrativa prescreverão no prazo de cinco anos, contados do término do primeiro mandato.
- e) em virtude da reeleição, a ação de improbidade será proposta perante o tribunal de justiça, em virtude do foro por prerrogativa de função que goza o prefeito municipal.

24. Thanos de Titã dirigia o seu veículo em alta velocidade e, por isso, foi parado pela autoridade policial. Em virtude de tal conduta, Thanos foi multado, após regular processo administrativo com concessão do contraditório e ampla defesa. Ainda assim, ele se recusou a quitar a multa. Alguns meses depois, ele foi renovar o documento do veículo, mas foi impedido em virtude da falta de pagamento da multa.

Nessa situação, pode-se dizer que a cobrança da multa goza dos seguintes atributos dos atos administrativos:

- a) autoexecutoriedade, uma vez que foi possível realizar a cobrança, mesmo sem ordem judicial;
- b) presunção de legitimidade, pois os atos administrativos presumem-se absolutamente lícitos, independentemente de prova em contrário;
- c) executoriedade, o que enseja a cobrança imediata da multa, por meio da inscrição em dívida ativa, sem

atuação do Poder Judiciário para fins de execução do débito.

- d) exigibilidade, já que é possível utilizar meios indiretos de coação para convencer o administrado a quitar o débito;
- e) ilegalidade, pois não se pode negar a renovação do veículo pela ausência do pagamento de uma multa.

25. Stanley Ipkiss é servidor público concursado, mas foi demitido, após regular processo administrativo. O processo foi instaurado de ofício, pelo chefe imediato de Stanley, porém a sanção foi aplicada por um ministro de Estado, que agiu mediante delegação do Presidente da República.

O caso acima configura a expressão dos seguintes poderes administrativos:

- a) poder vinculado e poder disciplinar, ainda que haja alguma liberdade quanto ao enquadramento da conduta na norma legal;
- b) poder disciplinar e poder hierárquico, em virtude da aplicação da sanção administrativa ao servidor e também da relação de hierarquia presente entre o servidor e as autoridades que instauraram e aplicaram a sanção. Além disso, o poder hierárquico também se manifestou no ato de delegação da competência para aplicar a sanção disciplinar.
- c) poder discricionário, em virtude da margem de liberdade para enquadrar a conduta nas infrações previstas em lei; e poder normativo, em virtude da delegação de competência ao ministro de Estado para punir os servidores;
- d) poder de polícia, que consiste no poder sancionatório do Estado; e poder vinculado, no ato de delegação de competência para aplicar a pena de demissão.
- e) poder hierárquico, em virtude da instauração de ofício do processo; e poder delegativo, na competência do Presidente da República de delegar qualquer tipo de atribuição aos seus subordinados.

26. A empresa Detonando o Ambiente S.A. pretende realizar um grande empreendimento na região litorânea do município de Flores Alegres. No entanto, após a apresentação do projeto aos órgãos ambientais, o licenciamento foi negado sob a alegação de que a empresa não provou que o empreendimento não causaria danos ao meio ambiente. Em grau de recurso, a empresa alegou que caberia ao órgão ambiental comprovar o risco de dano ambiental para que fosse negado o pedido. A autoridade competente, no entanto, indeferiu o recurso, alegando a aplicação do princípio da:

- a) autotutela, uma vez que o poder público pode rever de ofício os seus atos, anulando a licença concedida de forma ilícita;
- b) moralidade, pois a população não pode ser moralmente afetada pela realização de investimentos em regiões litorâneas;

- c) discricionariedade, já que a concessão de licença configura ato discricionário do poder público;
- d) precaução, o que enseja a inversão do ônus da prova quando houver o risco de danos ambientais, cabendo ao pleiteante provar que o empreendimento é seguro;
- e) continuidade do serviço público, uma vez que as autoridades podem negar a concessão de qualquer tipo de licença para que os serviços públicos possam ser prestados de forma contínua.

27. O município de Reino de Tão, Tão Distante concedeu a prestação do serviço de transporte público municipal. A concessão foi precedida de licitação pública, consagrando-se vencedora empresa Transportando Você S.A. Porém, alguns meses depois da assinatura do contrato, o município notou uma queda nos usuários do serviço, sem que houvesse alguma irregularidade por parte da concessionária. Por tal motivo, o município resolveu rescindir o contrato, alegando razões de interesse público.

Nessa situação, a rescisão contratual ocorrerá mediante:

- a) caducidade, exigindo-se a prévia instauração de processo administrativo para a concessão do contraditório e ampla defesa.
- b) encampação, desde que justificada a razão de interesse público, além de aprovação legislativa específica e prévio pagamento da indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados.
- c) rescisão contratual, por meio de ação judicial especificamente movida com este fim, devendo a empresa continuar prestando o serviço até o trânsito em julgado da ação.
- d) advento do termo contratual, uma vez que as razões de interesse público supervenientes constituem motivo para rescisão de pleno direito.
- e) encampação, exigindo a instauração de processo administrativo para levantar os valores devidos como indenização, que poderá ser prévio ou posterior, conforme exigir o interesse público.

28. Analise as seguintes afirmações:

- (1) A Constituição Federal outorgou aos entes descentralizados a titularidade para a prestação de serviços próprios.
- (2) Um município optou por criar uma entidade autárquica, para a prestação de atividades exclusivas de Estado.
- (3) Uma entidade da Administração Indireta se subdividiu internamente em departamentos especializados.

Indique abaixo a alternativa que expressa o fenômeno administrativo que ocorre, respectivamente, nos itens 1, 2 e 3:

- a) descentralização administrativa; descentralização por colaboração; desconcentração;

- b) desconcentração política; descentralização autárquica; descentralização interna;
- c) descentralização por outorga; descentralização técnica; desconcentração;
- d) descentralização administração; descentralização política; concentração;
- e) descentralização política; descentralização por serviços; desconcentração.

29. O Estado tem um dever específico de cuidado em relação aos reclusos, uma vez que, nesse caso, o Poder Público deverá zelar pela integridade física e segurança dos presos. Se um preso vier a falecer, enquanto cumpre a sua pena, a responsabilidade civil do Estado será do tipo:

- a) objetiva, baseada na teoria do risco administrativo, sendo admitidas causas excludentes, que afastam o nexo de causalidade quando o Poder Público comprovar causa impeditiva da sua atuação protetiva do detento;
- b) objetiva, fundamentada na teoria do risco integral, já que o Estado poderá responder até mesmo pelo suicídio de detento, ainda que seja demonstrado que foram realizadas todas as medidas protetivas viáveis.
- c) subjetiva, em virtude da omissão específica do Poder Público.
- d) subjetiva, baseada na teoria da culpa administrativa, já que o Estado não poderá se omitir em relação ao seu dever de zelar pela segurança do detento, exigindo-se, assim, a comprovação de omissão culposa ou dolosa do Estado.
- e) objetiva, fundamentada na teoria do risco administrativo, porém sem a aplicação de excludentes de responsabilidade civil, em virtude da omissão específica do Estado.

30. Roserval Júnior Telesforo é um rapaz descontraído e, por isso, apresenta aparência jovem, ainda que já esteja com a idade bastante avançada. Ao completar 75 (setenta e cinco) anos de idade, foi convidado por um ministro de Estado para ocupar um cargo em comissão na Administração Pública. Roserval aceitou o convite e ingressou no cargo no dia seguinte.

Na situação hipotética acima, considerando as disposições constitucionais aplicáveis aos agentes públicos:

- a) Roserval será um agente de fato, uma vez que não poderia ser investido em cargo público após os 75 anos, por expressa vedação constitucional;
- b) não haverá qualquer impedimento, uma vez que a aposentadoria compulsória somente ocorrerá aos 80 anos de idade;
- c) não há qualquer irregularidade, pois a aposentadoria compulsória, aos 75 anos de idade, não se aplica aos cargos de provimento em comissão;
- d) o provimento será nulo, de pleno direito, invalidando todos os atos administrativos eventualmente praticados por Roserval;

e) a investidura será válida, desde que sejam realizados exames médicos para atestar as condições físicas e mentais para o desempenho do cargo e a indicação seja homologada pelo Poder Judiciário.

31. Luís Eduardo, também conhecido como Dudu, obteve aprovação em concurso público para ocupar um novo cargo público. Atualmente, Dudu é médico, concursado, na rede pública de saúde do município de Caldas do Pudim Grande. O seu novo cargo também será de médico, porém na rede estadual de saúde.

Na situação hipotética acima:

- a) Dudu poderá ocupar simultaneamente os dois cargos, desde que haja compatibilidade de horários, mas a soma das remunerações não poderá extrapolar o teto constitucional remuneratório;
- b) Dudu não poderá ocupar simultaneamente os dois cargos, em virtude da vedação constitucional à acumulação de cargos, empregos e funções públicos;
- c) será possível a acumulação, desde que haja compatibilidade de horários, sendo que o teto constitucional será observado pelo valor da remuneração de cada cargo, individualmente, e não pela soma dos valores percebidos nos dois cargos;
- d) Dudu poderá acumular os dois cargos, independentemente de compatibilidade de horários, mas desde que a carga horária dos dois não extrapole o limite de 60 (sessenta) horas semanais;
- e) não será possível a acumulação, pois a Constituição Federal somente permite a acumulação de dois cargos de professor.

32. A Lei nº 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito federal, estabelece como critério a ser observado no processo administrativo a "interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação". Pode-se afirmar que tal disposição representa a aplicação simultânea dos seguintes princípios administrativos:

- a) impessoalidade e segurança jurídica;
- b) legalidade e irretroatividade;
- c) moralidade e eficiência;
- d) razoabilidade e proporcionalidade
- e) publicidade e continuidade do serviço público.

33. O Presidente da República, com fundamento em competência delegada pelo legislador, editou decreto alterando os valores das modalidades de licitação. Sobre este assunto, marque a alternativa correta:

- a) o Presidente da República extrapolou o seu poder regulamentar, uma vez que a alteração dos valores das modalidades de licitação depende de lei, aprovada pelo Congresso Nacional, uma vez que trata de normas gerais de licitações públicas;

- b) os novos valores aplicam-se exclusivamente à União, cabendo aos estados, ao DF e aos municípios a competência para elaboração de seus próprios valores para as modalidades de licitação;
- c) a alteração impacta tão somente nos valores das modalidades de licitação, permanecendo inalterados os valores reflexos, como os limites de dispensa de baixo valor.
- d) a alteração dos limites das modalidades de licitação é legítima, decorrendo da chamada deslegalização, gerando a alteração reflexa dos valores decorrentes dos limites das modalidades, como o limite para contrato verbal e o valor para a realização de audiência pública.
- e) pelos novos valores, a licitação será dispensável para compras e serviços que não sejam de engenharia até o limite de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

34. Bruce Wayne adquiriu um veículo novo, de cor preta e caráter inovador, obtendo o devido licenciamento. Além disso, ele frequentou a escola de trânsito e obteve a licença para dirigir. No entanto, Bruce foi flagrado violando normas de trânsito, uma vez que as câmeras de vigilância identificaram que, durante a noite, Bruce trafegava em alta velocidade, realizando manobras perigosas. Constatou-se, ao final, que Bruce extrapolou os limites de pontos permitidos por lei em sua carteira de habilitação. Em virtude das ilegalidades cometidas, a licença de Bruce será desfeita mediante:

- a) anulação, que decorre do cometimento de atos ilegais, gerando efeitos retroativos.
- b) revogação, já que não é mais conveniente e oportuno permitir que Bruce continue a dirigir.
- c) cassação, uma vez que Bruce deixou de atender aos requisitos legais para a manutenção da licença.
- d) caducidade, uma vez que a legislação impede a concessão de licenciamento para dirigir.
- e) contraposição, pois o ato de desfazimento terá efeitos opostos ao da sua concessão.

35. Payton Manning é o secretário de esportes do município de Broncos, localizado no norte do Brasil. Payton tem a convicção de que a educação e o esporte são instrumentos de desenvolvimento social e, por isso, deseja firmar parcerias organizações da sociedade civil para implementar um projeto de iniciativa esportiva. Porém, ele percebeu o interesse de várias entidades para firmar a parceria, mas somente poderá firmar o instrumento com duas entidades. Considerando que a iniciativa partiu da Administração Pública e que haverá a transferência de recursos financeiros para a entidade privada, Payton poderá adotar uma das seguintes estratégias:

- a) lançar edital de chamamento público, convocando as organizações da sociedade civil para participar de procedimento isonômico para firmar um acordo de cooperação.
- b) realizar a parceria diretamente, escolhendo as duas entidades que mais lhe agradar, uma vez que a

legislação dispensa o procedimento licitatório para firmar um contrato de gestão.

- c) lançar um edital de licitação na modalidade concurso, para a escolha do projeto técnico mais adequado para a situação.
- d) dispensar a realização de procedimento de seleção, uma vez que a iniciativa partiu da própria Administração Pública, escolhendo diretamente duas entidades para firmar um termo de fomento.
- e) lançar edital de chamamento público, para selecionar, de forma objetiva, as organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto, firmando com as vencedoras o termo de colaboração.

36. Ao realizar uma fiscalização contábil, os tribunais de contas estarão exercendo controle:

- a) interno, uma vez que é oriundo da própria Administração Pública;
- b) social, pois as cortes de contas são os representantes da sociedade no controle das contas públicas;
- c) externo, cuja titularidade pertence ao Poder Legislativo.
- d) judicial, já que os tribunais de contas compõem, de forma atípica, o Poder Judiciário;
- e) político, uma vez que os tribunais de contas integram o Poder Legislativo.

37. Sobre o poder de polícia, marque a opção abaixo:

- a) poderá ser delegado, em todas as suas fases, para uma entidade administrativa de direito privado;
- b) poderá ser remunerado mediante taxa, desde que o órgão encarregado tenha condições para realizar a fiscalização, ainda que não seja realizada *in loco*;
- c) diferencia-se da polícia judiciária, pois esta é realizada pelas corporações policiais, que não podem exercer a polícia administrativa;
- d) tem como atributos, presentes em todos os seus atos, a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade;
- e) em sentido amplo, envolve as atividades concretas e normativas regulatórias, excluindo-se a atividade legislativa de condicionamento e restrição.

38. Sobre o regime jurídico das empresas públicas e das sociedades de economia mista, marque a opção correta:

- a) ambas são entidades de direito privado, criadas após autorização legal, diferenciando-se pelo fato de as empresas públicas prestarem serviços públicos, enquanto as sociedades de economia mista exploram atividade econômica;
- b) o regime jurídico destas entidades é híbrido, com a aplicação de regras de direito público, como o provimento de seus empregados mediante concurso público, e de direito privado, como a desnecessidade de licitar;

- c) os empregados das sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica não se submetem ao teto constitucional remuneratório;
- d) é possível que uma sociedade de economia mista adquira parcela do capital de uma empresa pública.
- e) uma sociedade de economia mista que conceda empréstimos a particulares com recursos públicos não é obrigada a fornecer informações sobre estas operações aos tribunais de contas, uma vez que são protegidas pelo sigilo bancário.

39. O pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns. Sobre esta modalidade de licitação, marque a alternativa correta:

- a) no pregão, se não houver recursos, o ato de adjudicação caberá à autoridade competente;
- b) as fases de habilitação e de julgamento ocorrem em ordem inversa quando comparadas com o procedimento da modalidade concorrência;
- c) a equipe de apoio possui poder decisório, podendo vetar as decisões do pregoeiro mediante deliberação unânime de seus membros;
- d) a divulgação do aviso do edital do pregão deverá ocorrer no prazo de oito dias corridos;
- e) a garantia de proposta está limitada a um por cento do valor estimado do objeto.

40. Clark Kent é conhecido como um servidor público exemplar, que ouve todas as pessoas e sempre é solícito no desempenho de suas atribuições. Além disso, é conhecido pelo seu impecável topete. Porém, Clark Kent faltou ao serviço, por mais de 30 dias consecutivos. Considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990, a conduta de Clark poderá ensejar:

- a) a demissão, por inassiduidade habitual, dispensando a instauração de processo administrativo disciplinar;
- b) a instauração de processo administrativo disciplinar em rito sumário, culminando na aplicação da pena de demissão, por abandono de cargo, caso não seja apresentada justificativa para as ausências;
- c) a aplicação de pena de suspensão, levando-se em consideração as atenuantes da boa conduta e da apresentação impecável;
- d) a aplicação de advertência ou, se reincidente, da pena de suspensão, após a prévia instauração de sindicância.
- e) a aplicação da pena de demissão, por abandono de cargo, independentemente de contraditório, invocando-se o instituto da verdade sabida.